

CONTABILIDADE:**GERAL**

01- A Companhia de Reparos S.A. tem exercício social coincidente com o ano civil. Em dezembro de 2000 prestou serviços a uma indústria (conserto de máquinas), cobrando-lhe R\$ 10.000,00, dos quais recebeu, contra recibo, dez por cento. Em janeiro de 2001 faturou o restante, dividindo o pagamento em 18 parcelas mensais e sucessivas de igual valor, vencendo a primeira delas em 31.01.01. De acordo com a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) a Companhia deve assim apropriar a receita

- a) R\$ 10.000,00 em 2000
- b) R\$ 1.000,00 em 2000 e R\$ 9.000,00 em 2001
- c) R\$ 10.000,00 em 2001
- d) R\$ 1.000,00 em 2000; R\$ 6.000,00 em 2001 e R\$ 3.000,00 em 2002
- e) R\$ 7.000,00 em 2001 e R\$ 3.000,00 em 2002

02- Balancete de final de exercício da Cia. Moliterno

	Débitos	Créditos
Caixa e Bancos	600	
Contas a Receber	2.000	
Estoques	700	
Terrenos	3.000	
Edifícios	4.500	
Máquinas e Equipamentos	1.500	
Móveis e Utensílios	800	
Custo das Mercadorias Vendidas	1.300	
Deduções de Vendas	300	
Despesas com Vendas	400	
Despesas Financeiras	300	
Despesas Administrativas	500	
Fornecedores		450
Obrigações Sociais a Recolher		150
Obrigações Tributárias a Recolher		200
Provisões Diversas		100
Empréstimos Bancários		1.000
Capital Social		10.000
Receitas de Vendas		4.000
	15.900	15.900

O Capital Social é constituído de 10.000 ações ordinárias do valor de R\$ 1,00 cada uma.

Apurado o Lucro Líquido do Exercício, a Cia. decidiu distribuí-lo integralmente na forma de dividendos.

Assim sendo, cada ação da Companhia fará jus ao dividendo de

- a) R\$ 0,075
- b) R\$ 0,120
- c) R\$ 0,240

- d) R\$ 0,270
- e) R\$ 0,400

03- Depois que todos os fatos ocorridos em dezembro foram contabilizados, o Contador da firma Leisa elaborou um balancete com as seguintes contas e saldos:

Caixa	100,00
Mercadorias	300,00
Material de Consumo	20,00
Duplicatas a Receber	400,00
Notas Promissórias a Receber	280,00
Duplicatas a Pagar	700,00
Notas Promissórias a Pagar	330,00
Impostos a Recolher	120,00
Salários a Pagar	150,00
Capital Social	1.100,00
Lucros Acumulados	140,00
Imóveis	300,00
Ações de Coligadas	200,00
Móveis e Utensílios	300,00
Receita de Vendas	1.000,00
Receitas Diversas	200,00
Custo das Vendas	600,00
Despesas Operacionais	420,00
Despesas Não-Operacionais	120,00

Ao elaborar o Balanço Patrimonial, entretanto, o Contador deparou com a necessidade de reclassificar algumas contas tendo em vista os seguintes motivos:

- ainda não fora contabilizado um aumento de capital de R\$ 100,00, havido no exercício com a utilização de lucros anteriores;
- no resultado havia R\$ 100,00 de despesas pagas antecipadamente e R\$ 70,00 de receitas recebidas antecipadamente;
- nos títulos foi verificado que R\$ 250,00 das duplicatas e R\$ 150,00 das notas promissórias emitidas pela Leisa, têm vencimento a longo prazo, em relação à data deste balanço;
- o Imposto de Renda do exercício ainda não fora provisionado.

Realizadas corretamente essas modificações, podemos dizer que o Balanço Patrimonial deverá apresentar um novo Ativo Circulante no valor de

- a) R\$ 950,00
- b) R\$ 880,00
- c) R\$ 850,00
- d) R\$ 800,00

e) R\$ 670,00

04- Observando atentamente as afirmações abaixo listadas, podemos dizer que a única que expressa inteiramente a verdade é a seguinte:

- a) Embora sendo uma conta de saldo credor, a conta Amortização Acumulada deverá constar do Ativo Permanente no Balanço Patrimonial, como conta redutora do subgrupo Ativo Diferido.
- b) A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados deverá indicar o montante do lucro líquido por ação do capital social.
- c) A lei determina que o exercício social deverá ter a duração de um ano, mas a classificação de contas patrimoniais no circulante ou longo prazo não só poderá, como deverá ser diferente de um ano, na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social.
- d) No passivo as contas serão classificadas nos grupos passivo circulante, passivo exigível a longo prazo, resultados de exercícios futuros, patrimônio líquido, capital social, reservas e lucros.
- e) As ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta capital social no patrimônio líquido.

05- Observando um resumo da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) publicada pela empresa Finan Cia., podemos ver que ela apurou Lucro Bruto de R\$ 5.000,00, Lucro Operacional de R\$ 2.100,00, Resultado do Exercício de R\$ 1.500,00, antes do Imposto de Renda; Provisão para Imposto de Renda de R\$ 500,00 e Lucro Líquido do Exercício após o IR de R\$ 1.000,00.

A empresa não tinha prejuízos acumulados, não constituiu reservas no exercício, nem sujeitou-se à contribuição social sobre o lucro.

Os procedimentos contábeis de praxe contabilizaram a distribuição do lucro, exclusivamente, destinando 20% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na lei, 20% para pagamento de participação estatutária aos administradores e 20% para pagamento de participação estatutária aos empregados.

Após a contabilização, podemos constatar que a conta "Dividendos a Pagar", que antes não tinha saldo, passou a ter saldo credor de

a) R\$ 120,00

b) R\$ 128,00

c) R\$ 160,00

d) R\$ 168,00

e) R\$ 200,00

Rascunho

06- Na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, as depreciações de ativos realizadas durante o exercício social são consideradas

- a) grupo de origens de recursos
- b) grupo de aplicações de recursos
- c) acréscimo ao lucro líquido do exercício
- d) redução do lucro líquido do exercício
- e) valor não considerado na sua apresentação

07- A firma Experimental Limitada constatou, em 30 de junho, que, para iniciar o segundo semestre, seu negócio tinha um investimento total de R\$ 10.000,00, com dois quintos (2/5) financiados com recursos de terceiros, significando um bom aporte de recursos próprios.

O capital circulante líquido estava negativo em R\$ 700,00, apesar de a empresa só estar operando a curto prazo e de não trabalhar com antecipação de receitas e despesas.

O Ativo Permanente da firma era, portanto, de

- a) R\$ 700,00
- b) R\$ 3.300,00
- c) R\$ 4.700,00
- d) R\$ 6.700,00
- e) R\$ 10.000,00

08- Resumo das operações realizadas durante o exercício social de 2000 pela Cia. Sol Nascente com o produto A.

Data	Histórico	Quant. (unid.)	Valor unitário	Valor total
01.01.00	Estoque inicial	10	10,00	100,00
20.01.00	Aquisição	20	7,00	140,00
05.03.00	Venda	5	12,00	60,00
15.04.00	Venda	10	11,00	110,00
06.06.00	Aquisição	10	12,00	120,00
09.08.00	Venda	5	14,00	70,00
20.12.00	Venda	18	15,00	270,00

O estoque final do produto foi avaliado em R\$ 22,00.

Conclui-se do exposto que o critério de avaliação de estoques usado foi o (a)

- a) PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair)
- b) UEPS (último a entrar, primeiro a sair)

- c) Média ponderada móvel
- d) média simples dos preços relativos às aquisições efetuadas durante o exercício
- e) preço específico

09- Após realizar a primeira operação de venda do exercício na qual obteve Receita Bruta de Vendas de R\$ 1.000,00, com um CMV (Custo das Mercadorias Vendidas) de R\$ 600,00, a empresa Arfe Ltda. aceitou devolução parcial das mercadorias vendidas, cujo valor de R\$ 200,00 foi creditado ao cliente. As mercadorias recebidas foram devolvidas ao fornecedor, que foi debitado pelo valor de R\$ 100,00.

Considerando que essa mercadoria estava isenta de impostos, podemos dizer que a operação rendeu à Arfe um lucro bruto de

- a) R\$ 80,00
- b) R\$ 100,00
- c) R\$ 200,00
- d) R\$ 300,00
- e) R\$ 320,00

PÚBLICA

10- A liberação de recursos financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional – STN – para órgão setorial de programação financeira é denominada:

- a) repasse
- b) verba orçamentária
- c) sub-repasse
- d) cota
- e) crédito orçamentário

11- O art. 35 da Lei nº 4.320/64 estatui que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Disso pode-se depreender que a Contabilidade Pública em nosso país adota o:

- a) regime de competência para receitas e despesas
- b) regime de caixa para receitas e despesas
- c) regime misto, sendo de caixa para receitas e de competência para despesas
- d) regime misto, sendo de competência para receitas e de caixa para despesas

- e) regime híbrido, sendo de competência para receitas e de caixa para despesas

12- As afirmações abaixo foram extraídas da legislação básica, das diretrizes normativas e dos textos concernentes à Contabilidade Pública e sua aplicação, sendo que quatro delas são verdadeiras e apenas uma expressa uma falsa afirmação. Assinale a opção que não expressa a verdade.

- a) A Dívida Ativa, na verdade, não é uma dívida, é um direito de receber. É formada de valores devidos à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal os quais, na data fixada para o seu pagamento, não foram liquidados pelo devedor.
- b) O valor inscrito no exercício como restos a pagar, embora caracterize uma dívida passiva no balanço patrimonial, figura no Balanço Financeiro como receita extra-orçamentária.
- c) Os compromissos contraídos pela unidade pública são incluídos no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial e constituem toda a chamada Dívida Passiva, a qual se divide em dívida fundada e em dívida flutuante.
- d) Quando o valor inscrito em restos a pagar for menor que o valor real a ser pago, a diferença deverá ser empenhada em categoria econômica própria como despesa de exercício anterior.
- e) "Evento" é o nome dado ao instrumento utilizado pelas unidades gestoras para efetuar entrada de dados contábeis no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Os eventos da classe 70 exigem como contrapartida eventos de saída de "bancos", enquanto os da classe 80 exigem eventos de entradas em "bancos".

13- À luz da classificação orçamentária da receita e da despesa públicas, definida pela SOF - Secretaria de Orçamento Federal, podemos dizer que os seguintes itens:

"Transferências Correntes",
"Transferências de Capital",
"Transferências à União",
"Amortização de Empréstimos" e
"Aplicações Diretas"

constituem:

- a) tipos de classificação da receita por fontes
- b) modalidades de aplicação da despesa
- c) classificação da receita por fontes, exceto "Amortização de Empréstimos" e "Aplicações Diretas", que são modalidades de aplicação da despesa
- d) modalidades de aplicação da despesa, exceto "Transferências Correntes" e "Transferências de Capital", que são fontes de receita
- e) classificação da receita por fontes, exceto "Transferências à União" e "Aplicações Diretas", que são modalidades de aplicação da despesa

14- O Plano de Contas Único do Governo Federal compõe-se das seguintes partes básicas: relação das contas agrupadas segundo suas funções; descrição das funções das contas; e indicação do mecanismo de débito e crédito de cada conta.

No caso do recebimento de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), incluso entre os valores já inscritos em Dívida Ativa, esse mecanismo de débito e crédito deverá ser processado com:

- a) (1) débito de R\$ 2.100,00 em Bancos c/ Movimento e crédito do mesmo valor em Receita Corrente, no sistema financeiro;
(2) débito de R\$ 2.100,00 em Receita Realizada e crédito do mesmo valor em Receita a Realizar, no sistema orçamentário;
(3) débito de R\$ 2.100,00 em Mutações Passivas e crédito do mesmo valor em Dívida Ativa, no sistema patrimonial.
- b) (1) débito de R\$ 2.100,00 em Bancos c/ Movimento e crédito do mesmo valor em Dívida Ativa, no sistema financeiro;
(2) débito de R\$ 2.100,00 em Receita Realizada e crédito do mesmo valor em Receita a Realizar, no sistema orçamentário;
(3) débito de R\$ 2.100,00 em Mutações Passivas e crédito do mesmo valor em Receita Corrente, no sistema patrimonial.
- c) (1) débito de R\$ 2.100,00 em Bancos c/ Movimento e crédito do mesmo valor em Receita Corrente, no sistema financeiro;
(2) débito de R\$ 2.100,00 em Receita Realizada e crédito do mesmo valor em Receita a Realizar, no sistema orçamentário;
(3) débito de R\$ 2.100,00 em Mutações Ativas e crédito do mesmo valor em Dívida Ativa, no sistema patrimonial.

- d) (1) débito de R\$ 2.100,00 em Bancos c/ Movimento e crédito do mesmo valor em Receita Corrente, no sistema financeiro;
(2) débito de R\$ 2.100,00 em Receita Realizada e crédito do mesmo valor em Receita a Realizar, no sistema orçamentário;
(3) débito de R\$ 2.100,00 em Dívida Ativa e crédito do mesmo valor em Mutações Passivas, no sistema patrimonial.
- e) (1) débito de R\$ 2.100,00 em Bancos c/ Movimento e crédito do mesmo valor em Receita Corrente, no sistema financeiro;
(2) débito de R\$ 2.100,00 em Receita a Realizar e crédito do mesmo valor em Receita Realizada, no sistema orçamentário;
(3) débito de R\$ 2.100,00 em Mutações Passivas e crédito do mesmo valor em Dívida Ativa, no sistema patrimonial.

15- De acordo com os preceitos da Contabilidade Pública adotada em nosso país, os restos a pagar, os débitos de tesouraria, a dívida fundada interna e o resultado acumulado pertencem, respectivamente, aos seguintes grupos:

- a) passivo financeiro, passivo financeiro, passivo não financeiro e patrimônio líquido
- b) passivo não financeiro, passivo não financeiro, passivo financeiro e patrimônio líquido
- c) passivo financeiro, passivo não financeiro, passivo não financeiro e patrimônio líquido
- d) passivo não financeiro, passivo financeiro, passivo financeiro e passivo financeiro
- e) passivo financeiro, passivo não financeiro, passivo não financeiro e passivo financeiro

16- Entre as opções abaixo, assinale aquela que não constitui um dos objetivos do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal:

- a) fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos
- b) permitir que a Contabilidade Pública seja fonte segura e intempestiva de informações gerenciais
- c) oferecer bases para o acompanhamento físico-financeiro em nível analítico
- d) permitir o controle da dívida interna e externa, bem como o controle das transferências

- e) integrar e compatibilizar as informações disponíveis nas entidades participantes do sistema

- e) superávit orçamentário de 4.500

17- Para a Contabilidade Pública, variação patrimonial decorre de alteração de valor de qualquer elemento integrante do patrimônio público. Dito isso, não se pode afirmar que:

- a) as variações patrimoniais se dividem em dois grandes grupos: variações ativas e variações passivas
- b) as variações patrimoniais são efetuadas por meio de incorporações e desincorporações
- c) existem incorporações ativas que não implicam aumento do patrimônio público
- d) toda desincorporação passiva implica aumento do patrimônio público
- e) as insubsistências passivas são classificadas como variações ativas

18- Em determinado exercício financeiro a unidade UGNova foi autorizada a realizar gastos de 12.000 em despesas correntes e de 18.000 em despesas de capital. Cumprindo o princípio do equilíbrio orçamentário houve também a previsão de uma receita de 30.000, dividida em receitas correntes e de capital na proporção de 70% e 30%, respectivamente.

Na execução desse orçamento pode-se constatar, durante o exercício, a arrecadação de 22.500 em receitas correntes e de 6.000 em receitas de capital, ao lado da liquidação de despesas no montante de 25.500, sendo 12.900 em despesas de capital e 12.600 em despesas correntes.

Ao ser elaborado o balanço orçamentário, lastreado nas informações acima, certamente estará sendo demonstrado um

- a) superávit de capital de 5.100
- b) déficit de capital de 6.900
- c) superávit corrente de 1.500
- d) déficit corrente de 600

19- Considerando que variações passivas são aquelas que causam diminuição no patrimônio, sendo compostas pelas classes 3 (Despesas) e 5 (Resultado Diminutivo do Exercício), pode-se afirmar que entre as mutações passivas orçamentárias encontram-se as decorrentes de(da):

- a) superveniências ativas
- b) execução orçamentária da despesa
- c) insubsistências passivas
- d) execução orçamentária da receita
- e) interferências passivas

20- Considerando os demonstrativos estabelecidos pela Lei nº 4.320/64, a ocorrência ou não de superávit financeiro pode ser verificada na(no)

- a) demonstração das variações patrimoniais
- b) demonstração do resultado do exercício
- c) balanço orçamentário
- d) balanço financeiro
- e) balanço patrimonial

ORÇAMENTO E FINANÇAS

21- Como conjunto de normas legais que disciplinam as finanças do Estado, o Direito Financeiro é compreensivo de toda a regulamentação sobre as seguintes atividades, exceto:

- a) receitas e despesas
- b) processo trabalhista
- c) orçamentos
- d) processo fiscal
- e) créditos

22- Como conjunto de procedimentos técnicos, o orçamento-programa permite arrolar, de modo integrado e racional, objetivos, metas, recursos e estruturas de execução. Todavia, de sua leitura não é possível identificar:

- a) os órgãos responsáveis pelo controle
- b) as modalidades de licitação a serem realizadas
- c) os resultados esperados
- d) os órgãos responsáveis pela execução
- e) as ações em que os recursos serão gastos

23- Acerca da dívida ativa, é correto afirmar que

- a) com a sua inscrição dá-se o reconhecimento da receita, o que atende ao regime de competência
- b) sua inscrição deve-se dar na Procuradoria da Fazenda do estado da federação onde o crédito tem origem
- c) confunde-se com a dívida passiva
- d) com a sua inscrição dá-se o reconhecimento da receita, o que atende ao regime de caixa
- e) sua inscrição deve-se dar na Procuradoria Geral da República

24- O princípio orçamentário da não-afetação das receitas estabelece que nenhuma parcela da receita geral pode ser reservada para atender a certos e determinados gastos. Contudo, a Constituição Federal, em seu art. 167, contempla exceção a esta regra, permitindo que, em nível federal, o produto da arrecadação das seguintes receitas seja previamente afetado:

- a) ISS e IOF
- b) CPMF e IR
- c) IOF e IPI
- d) IPI e IR

e) IPVA e IPI

25- Acerca do Plano Plurianual, é correto afirmar tratar-se de uma lei de periodicidade

- a) quadrienal, sendo suas macro-orientações de caráter indicativo para o setor público e mandatório para o setor privado
- b) anual, sendo suas macro-orientações de caráter indicativo para os setores público e privado
- c) quadrienal, sendo suas macro-orientações de caráter indicativo para os setores público e privado
- d) anual, sendo suas macro-orientações de caráter mandatório para o setor público e indicativo para o setor privado
- e) quadrienal, sendo suas macro-orientações de caráter mandatório para o setor público e indicativo para o setor privado

26- A Lei nº 4.320/64, ao tratar das receitas públicas, não estabelece como objeto de lançamento os(as):

- a) impostos diretos
- b) impostos indiretos
- c) rendas com vencimento determinado em lei
- d) rendas com vencimento determinado em regulamento
- e) rendas com vencimento determinado em contrato

27- No que tange à classificação econômica, receitas e despesas públicas possuem contas destinadas a transferências correntes e de capital. A função de tais contas é

- a) estabelecer o grupo de despesa e a modalidade de aplicação
- b) estabelecer o volume de inversões financeiras a serem realizadas nos diversos níveis de governo
- c) estabelecer o volume de investimentos a serem realizados nos diversos níveis de governo
- d) diferenciar receitas originárias de receitas derivadas
- e) impedir a dupla contagem quando da consolidação dos orçamentos dos diversos níveis de governo

28- Considerada a legislação vigente, acerca dos estágios da despesa pública, é correto afirmar que o (a)

- a) pagamento precede a liquidação
- b) empenho ordinário destina-se a despesas cujo montante seja previamente conhecido mas cujos pagamentos devam ocorrer parceladamente
- c) liquidação precede o empenho
- d) empenho global destina-se a despesas cujo montante seja previamente conhecido mas cujos pagamentos devam ocorrer parceladamente
- e) empenho por estimativa destina-se a despesas cujo montante seja previamente conhecido mas cujos pagamentos devam ocorrer parceladamente

29- De acordo com a Lei nº 4.320/64, no Balanço Patrimonial, a dívida fluante corresponde ao

- a) passivo compensado
- b) ativo compensado
- c) passivo permanente
- d) ativo financeiro
- e) passivo financeiro

30- Em sua forma vigente, a classificação funcional da despesa pública contempla um módulo único integrador entre o Plano Plurianual e o Orçamento, o que dispensa a compatibilização entre módulos diversificados. Trata-se da(do)

- a) função
- b) subfunção
- c) programa
- d) projeto
- e) atividade

31- Como instrumentos retificadores do orçamento, os créditos adicionais têm vigência limitada ao exercício financeiro de sua autorização, ressalvadas as exceções previstas no § 2º do art. 167 da Constituição Federal. Tendo por base a tabela abaixo, onde se encontram descritos os dados de alguns créditos adicionais autorizados em um exercício qualquer, assinale a única opção que contempla o valor total máximo admitido para uma possível reabertura dos mesmos no exercício subsequente.

Tipo	Data de Promulgação	Valor Autorizado	Valor Utilizado
Especial	01.06.XX	\$ 100	\$ 90
Suplementar	01.09.XX	\$ 120	\$ 110
Extraordinário	30.12.XX	\$ 80	\$ 75
Extraordinário	30.09.XX	\$ 35	\$ 30
Especial	31.10.XX	\$ 130	\$ 120
Suplementar	01.02.XX	\$ 55	\$ 50
Suplementar	31.08.XX	\$ 140	\$ 135
Especial	30.11.XX	\$ 10	\$ 5

- a) \$ 25
- b) \$ 20
- c) \$ 15
- d) \$ 30
- e) \$ 35

32- A transferência de créditos orçamentários entre Unidades Gestoras de um mesmo Órgão, integrantes do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social, feita sempre por meio de Nota de Movimentação de Crédito-NC, é chamada de:

- a) destaque
- b) cota
- c) provisão
- d) repasse
- e) sub-repasse

33- No Balanço Financeiro, o pagamento de Restos a Pagar é contabilizado como

- a) passivo financeiro
- b) despesa extra-orçamentária
- c) despesa orçamentária
- d) receita extra-orçamentária
- e) receita orçamentária

34- De acordo com o Decreto nº 93.872/86, o suprimimento de fundos restituído por falta de aplicação total ou parcial, se recolhido após o encerramento do exercício, será contabilizado como

- a) receita orçamentária
- b) anulação de despesa
- c) receita extra-orçamentária
- d) liquidação de despesa
- e) receita de exercícios anteriores

35- De acordo com a Lei nº 7.940/89, acerca da cobrança da Taxa de Fiscalização do mercado de valores mobiliários não recolhida no prazo fixado, é correto afirmar que

- a) os juros de mora não incidirão sobre o valor da multa de mora
- b) os encargos de 20% serão reduzidos para 5% se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução
- c) a multa de mora de 20% será reduzida para 5% se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução
- d) os juros de mora incidirão sobre o valor da multa de mora
- e) os encargos de 20% serão reduzidos para 15% se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução

DIREITO:

CONSTITUCIONAL

Nas questões 36 a 41, assinale a opção correta.

- 36- a) Os Estados-membros, na organização política nacional, gozam de soberania, como consequência da opção pela forma de Estado federal feita pela constituinte de 1988.
- b) Somente por meio de Emenda à Constituição é possível transformar o Estado federal brasileiro em Estado unitário.
- c) Enquanto a União não legislar sobre normas gerais em matéria capitulada no âmbito da competência legislativa concorrente, podem os Estados-membros exercer competência legislativa plena na matéria.
- d) No Estado federal brasileiro, os Municípios não dispõem de competências privativas, cabendo-lhes, apenas, suplementar a legislação estadual e federal, para adaptá-las aos seus peculiares interesses.
- e) As regiões metropolitanas, que visam a integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, devem ser instituídas por meio de lei complementar federal.
- 37- a) As normas constitucionais que prevêm direitos sociais são desprovidas de auto-aplicabilidade, não produzindo qualquer efeito jurídico enquanto não reguladas por lei.
- b) Em nenhum caso a lei penal pode retroagir.
- c) Uma Comissão Parlamentar de Inquérito pode determinar a quebra do sigilo de comunicações telefônicas de alguém que esteja sob a sua investigação.
- d) O *habeas data* é instrumento judicial apto para se obter certidão de órgão público sobre dados de pessoas já falecidas, que sejam do interesse do patrimônio histórico da comunidade.

- e) Contra a vontade do morador, pode-se entrar na sua casa, por determinação judicial mas, nesse caso, exclusivamente durante o dia.

- 38- a) Não cabe a edição de medida provisória sobre matéria da competência exclusiva do Congresso Nacional.
- b) Não cabe às comissões parlamentares de inquérito, formadas no âmbito do Congresso Nacional, aplicar sanções penais sobre as pessoas por ela investigadas, cabendo-lhes, no entanto, promover a ação penal cabível.
- c) Decretos Legislativos são instrumentos infra-legais, pelos quais o Congresso Nacional dá execução às leis federais, no âmbito da sua competência administrativa.
- d) De acordo com o processo legislativo adotado pela Constituição de 1988, somente o Plenário da Câmara dos Deputados e o Plenário do Senado Federal têm competência para votar e aprovar projeto de lei.
- e) Desde que peça e receba delegação legislativa expressa do Congresso Nacional, o Presidente da República pode editar leis sobre planos plurianuais e diretrizes orçamentárias.
- 39- a) O Banco Central pode conceder empréstimos a instituições financeiras e ao Tesouro Nacional, segundo a sua livre avaliação de conveniência e oportunidade.
- b) O Banco Central não pode comprar títulos de emissão do Tesouro Nacional.
- c) As disponibilidades de caixa dos Estados-membros e do Distrito Federal devem ser necessariamente depositadas no Banco Central.
- d) Cabe exclusivamente ao Banco Central exercer a competência da União para emitir moeda.
- e) Por expressa determinação constitucional, incumbe ao Banco Central fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

- 40- a) O princípio da livre concorrência, proclamado na Constituição, torna ilegítima toda atividade governamental de interferência sobre preços de bens e serviços postos no mercado.
- b) Nenhum imposto pode ser cobrado no mesmo ano em que instituído ou majorado.
- c) Aos Estados é dado instituir tributos diferenciados sobre bens, de acordo com a região de origem dos mesmos, como modo de promover a erradicação das desigualdades regionais no país.
- d) A União pode tributar os proventos de agentes públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) Para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, tanto a União, como os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir empréstimos compulsórios, por meio de lei ordinária.
- 41- a) Excepcionalmente, para atender a medida de superior interesse público, a lei orçamentária pode conceder créditos ilimitados para fins que especificar.
- b) A lei orçamentária anual deve compreender o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- c) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser livremente utilizados pelo Poder Executivo.
- d) A lei orçamentária votada pelo Congresso Nacional é livre para vincular percentual da receita de quaisquer impostos para o desempenho de qualquer das atividades compreendidas no âmbito da competência material da União.

- e) Créditos especiais, mesmo que abertos no último mês do ano, têm vigência exclusiva no exercício financeiro em que foram autorizados, não podendo o eventual saldo ser incorporado ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

ADMINISTRATIVO

- 42- O poder vinculado ou regrado da Administração Pública, na sua maior incidência, conquanto não seja incompatível contrapõe-se ao exercício do
- a) discricionário
 - b) disciplinar
 - c) hierárquico
 - d) regulamentar
 - e) de polícia
- 43- A semelhança fundamental existente entre a anulação e a revogação, pela Administração Pública, de seus próprios atos administrativos, está em que ambas
- a) produzem efeitos *ex nunc* (doravante)
 - b) o motivo (motivação) constitui elemento essencial
 - c) são insusceptíveis de controle jurisdicional
 - d) constituem uma faculdade de conveniência
 - e) conjugam manifestação dos poderes vinculado, hierárquico e de polícia
- 44- Na organização administrativa brasileira, a descentralização dos serviços públicos em geral procede-se
- a) no âmbito interno da Administração Direta
 - b) no âmbito restrito da Administração Direta e Indireta
 - c) no âmbito restrito da Administração Indireta
 - d) quer utilizando-se das entidades da Administração Indireta como das de particulares, mediante contrato de concessão de serviço público
 - e) utilizando-se de entidades particulares, mediante concessão, permissão, delegação, autorização, com exclusão das pertencentes à Administração Indireta
- 45- O que conceitualmente caracteriza uma autarquia é
- a) ser um serviço público autônomo, com personalidade jurídica própria e de direito público interno
 - b) ser um patrimônio personalizado, a serviço da Administração Pública
 - c) ser um serviço autônomo, integrante da Administração Pública Direta
 - d) integrar a Administração Pública, mas com personalidade jurídica de direito privado
 - e) ter autonomia administrativa e financeira, mas sem personalidade jurídica própria
- 46- O que caracteriza o concurso, como modalidade de licitação, distinguindo-o das demais, é o(a)
- a) custo irrisório previsto para a contratação
 - b) custo elevado previsto para a contratação
 - c) natureza específica do objeto a contratar
 - d) possibilidade de haver ilimitado número de participantes e vários aprovados
 - e) peculiaridade de quem vai fazer a contratação
- 47- A teoria da imprevisão, nos contratos administrativos, é invocada mais freqüente e apropriadamente para autorizar a(o)
- a) revisão do contrato, para acrescentar serviços não previstos e necessários à conclusão da obra
 - b) extinção antecipada do contrato, pela inviabilidade da sua conclusão
 - c) subcontratação, para executar tarefas cuja necessidade não fora prevista
 - d) substituição de empresa contratada
 - e) reajuste do preço, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro
- 48- Não se aplica aos servidores civis, ocupantes de cargo público efetivo, a garantia constitucional assegurada aos trabalhadores em geral de
- a) remuneração de trabalho noturno superior ao diurno
 - b) duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias
 - c) repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos
 - d) jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turno ininterrupto de revezamento
 - e) remuneração do serviço extraordinário superior à do normal

49- Conforme expressa previsão constitucional, o sistema de controle interno, mantido no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, na área federal, tem entre outras a finalidade de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional e de

- a) examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual.
- b) examinar e pronunciar-se, conclusivamente, sobre pedidos formulados pelo Congresso a respeito de haver indícios de despesas não autorizadas, sob forma de investimento não programado, determinando sua sustação, caso entenda que o gasto possa causar dano irreparável.
- c) examinar e emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República ao Congresso Nacional.
- d) examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição, exercendo o acompanhamento e a execução orçamentária.
- e) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

50- As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que os seus agentes nessa qualidade causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque as pessoas jurídicas de direito público não respondem por danos causados pelos seus agentes a terceiros.
- c) Incorreta a assertiva, porque a chamada responsabilidade objetiva prevista em norma constitucional (art. 37, § 6º), é restrita às pessoas jurídicas de direito público e não extensiva às de direito privado, mesmo que prestem serviços públicos.
- d) Incorreta a assertiva, porque em tais casos não cabe o direito de regresso, mesmo se houver dolo ou culpa do agente responsável.

- e) Incorreta a assertiva, porque a responsabilidade aquiliana, em tais casos, depende sempre da prévia prova de ter havido dolo ou culpa, por parte do agente causador do dano.

ESTRUTURA DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

51- A auditoria das companhias abertas é obrigatória e

- a) somente poderá ser efetuada por empresas de auditoria contábil registrada na Comissão de Valores Mobiliários.
- b) deverá ser efetuada em todas as companhias abertas e nas fechadas que tiverem mais de 500 empregados.
- c) deverá ser realizada por auditores independentes nas companhias abertas, os quais responderão perante terceiros pelos prejuízos causados em virtude de culpa ou dolo no exercício de suas funções.
- d) somente poderá ser realizada por empresas de auditoria contábil e por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários.
- e) deverá ser realizada por empresas de auditoria nas companhias abertas, respondendo perante terceiros pelos prejuízos causados em virtude de culpa grave ou de dolo no exercício de suas funções.

52- Nas sociedades anônimas,

- a) a constituição da reserva legal é sempre obrigatória, formada por 10% do lucro líquido do exercício, até chegar ao montante de 30% do capital social.
- b) a reserva legal pode deixar de ser constituída no exercício em que o seu saldo, acrescido das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.
- c) a constituição da reserva legal pode deixar de ser feita no exercício em que o seu saldo exceder a 30% do capital representado pelas ações preferenciais sem direito de voto.
- d) a reserva legal é calculada na base de 5% do capital social, tomando-se por base o lucro bruto do exercício.

- e) o saldo da reserva legal que exceder 30% do capital social pode ser usado para criação de reserva estatutária.

53- Tendo-se efetuado a fusão de uma companhia aberta com uma companhia fechada,

- a) a sociedade resultante manterá a condição de sociedade fechada, dando-se o direito de recesso aos acionistas que nela não desejarem continuar.
- b) os acionistas que não desejarem permanecer terão o direito de recesso, independente de qualquer outro efeito legal, pois houve alteração substancial no contrato associativo do qual participavam.
- c) a sociedade resultante deverá obter o registro de sociedade aberta, no prazo da lei, anulando-se a fusão caso tal registro não venha a ser alcançado.
- d) a sociedade resultante deverá obter o registro de sociedade aberta, no prazo da lei, dando-se o direito de recesso aos acionistas que não desejarem permanecer, na hipótese de tal registro não ser alcançado.
- e) inexistente o direito de recesso, a não ser que os acionistas dissidentes provem que, com a fusão, sofreram prejuízo patrimonial, verificando a partir do valor das ações originárias e das que resultaram da fusão em causa.

54- O mercado de capitais brasileiro está apresentando, de um lado, o fechamento do capital de diversas companhias abertas como resultado da concentração empresarial e, de outro, a redução significativa do número de pedidos de abertura do capital. Assim sendo, pode-se dizer que:

- a) o resultado é indiferente para as minorias, pois os seus direitos continuam protegidos pelas leis próprias.
- b) há uma perda importante para as minorias, uma vez que fica extremamente reduzida a liquidez dos valores mobiliários nesse mercado.

- c) não há perda para as minorias, pois, no fechamento do capital de uma companhia, o controlador é obrigado a adquirir os valores mobiliários daqueles pelo valor patrimonial.
- d) os investidores institucionais substituem perfeitamente o mercado, no sentido de dar-se liquidez aos valores mobiliários nele negociados.
- e) considerando-se que as ações dos minoritários são, quase sempre, preferenciais sem direito de voto, não experimentam prejuízos em tal situação.

55- No exercício de suas atribuições, a Comissão de Valores Mobiliários pode

- a) fiscalizar as companhias abertas, dando prioridade àquelas que não estejam apresentando lucros em seu balanço ou que não tenham distribuído o dividendo mínimo obrigatório.
- b) requerer ao Conselho Monetário Nacional que determine a suspensão da negociação de valores mobiliários no mercado, enquanto abre processo administrativo para a investigação de irregularidades prováveis.
- c) acrescentar a relação de valores mobiliários emitidos por companhias abertas, para o fim de seu lançamento no mercado.
- d) fiscalizar as companhias abertas e as fechadas de grande porte, estas desde que não distribuam lucro aos seus acionistas por três exercícios consecutivos.
- e) aplicar, àqueles que se utilizarem de informação privilegiada no mercado para mediante ela obterem lucro, penalidade de multa equivalente ao dobro do valor da operação, que indenizará os prejudicados e formará um fundo contra prejuízos decorrentes de práticas não equitativas no mercado.

56- O Conselho Monetário Nacional

- a) teve a sua competência de regulamentar a legislação bancária revogada pela Constituição Federal de 1988, a qual proibiu a delegação de poderes.
- b) é um órgão auxiliar do Ministro da Fazenda.
- c) é um órgão colegiado que aprecia, em grau de recurso, pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro, as penalidades aplicadas pelo Banco Central do Brasil.

- d) é um órgão no qual são representados todos os segmentos econômicos pertencentes aos mercados financeiro e de capitais, com finalidade consultiva, objetivando o aprimoramento da legislação correspondente.
- e) exerce o chamado “Poder Monetário”, pois a lei lhe dá poderes de legislar por delegação nas matérias de sua competência, sem subordinação a qualquer outro órgão do Governo.

57- As corretoras e distribuidoras de valores mobiliários, ao agirem no mercado,

- a) representam interesses de clientes e por isso não têm responsabilidade pela liquidação da operação.
- b) representam carteiras próprias e por isso respondem pela liquidação da operação.
- c) devem explicar aos demais operadores por que vendem ou compram determinados valores mobiliários.
- d) devem comunicar à Bolsa, ao Banco Central e ao mercado, em nome de quem operam para elidir responsabilidades.
- e) funcionam como comissários mercantis, respondendo pelas declarações que fizerem.

58- Tendo ocorrido fraude praticada por uma companhia aberta em conluio com uma sociedade corretora em pregão de Bolsa de Valores,

- a) cabe aplicar penalidades a ambas apenas por parte da Comissão de Valores Mobiliários.
- b) a Comissão de Valores Mobiliários tem competência para aplicar penalidade apenas quanto à companhia aberta.
- c) a Comissão de Valores Mobiliários aplicará penalidade apenas quanto à companhia aberta e a Bolsa de Valores exclusivamente quanto à sociedade corretora.
- d) a Bolsa de Valores tem uma competência exclusivamente residual na aplicação de penalidades em irregularidades desta espécie.

- e) tanto a Comissão de Valores Mobiliários, quanto a Bolsa de Valores têm competência para aplicar penalidades à companhia aberta e à sociedade corretora, na esfera de suas respectivas competências.

59- A exigência de divulgação de informações para o mercado é

- a) resultado da influência do sistema norteamericano
- b) exigência de investidores
- c) fundamental para a eficiência dos mercados
- d) prática administrativa que foi recepcionada pelo legislador
- e) forma de limitar a responsabilidade de administradores e controladores

60- Legitimação e titularidade são conceitos que indicam posição jurídica em que há

- a) exercício e poder de disposição do direito
- b) poder absoluto de disposição do direito
- c) poder absoluto de exercício do direito
- d) exercício sem poder de disposição do direito
- e) poder de disposição do direito sem seu exercício

61- Compete à Comissão de Valores Mobiliários fiscalizar a emissão de

- a) todos e quaisquer títulos emitidos por companhias abertas para negociação no mercado de balcão.
- b) todos e quaisquer títulos emitidos por companhias abertas para negociação no mercado.
- c) títulos admitidos à negociação nos mercados de bolsa ou balcão.
- d) títulos emitidos por sociedades ligadas ao Sistema Financeiro Nacional.
- e) ações e debêntures emitidas por companhias.

62- Correlacionando-se os conceitos de mercado primário e secundário de valores mobiliários com os de mercado de bolsa e de balcão, verificamos que

- a) as emissões novas de valores mobiliários emitidos por companhias abertas somente podem ser colocadas no mercado pelas Bolsas de Valores.
- b) as emissões novas de valores mobiliários emitidos por companhias abertas somente podem ser colocadas no mercado por meio do Mercado de Balcão Organizado.
- c) o mercado primário é formado pela negociação de novos valores mobiliários, nele colocados por entidades autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, após o registro da emissão.
- d) no mercado secundário podem ser colocados também títulos de companhias fechadas, desde que seja utilizado o Mercado de Balcão Organizado.
- e) as companhias abertas podem colocar valores mobiliários de sua emissão diretamente no Mercado de Balcão Organizado.

63- A emissão de valores mobiliários em oferta pública deve ser aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários, a quem cabe analisar a:

- a) necessidade dos recursos visados pela companhia emitente.
- b) posterior aplicação dos recursos nos projetos submetidos àquela Comissão.
- c) capacidade dos administradores responsáveis pela emissão.
- d) forma pela qual as informações são absorvidas pelo mercado.
- e) veracidade das informações prestadas ao mercado.

64- Denomina-se operação no mercado primário

- a) aquela que reflete a cessão de ações entre acionistas da mesma companhia para seu fechamento.
- b) a emissão de ações em virtude de aumento de capital.
- c) a negociação de opções de compra de ações das companhias de capital autorizado entregues a seus empregados como prêmio.

- d) a emissão de ações para aumento de capital por incorporação de lucros.
- e) a cessão de debêntures entre instituições financeiras.

65- As operações contratadas em bolsa de valores facilitam a (o)

- a) transferência de riscos
- b) fungibilidade de sócios
- c) contratação a termo
- d) cancelamento da execução de operações contratadas
- e) captação de recursos nos mercados a termo

MÉTODOS QUANTITATIVOS:

MATEMÁTICA FINANCEIRA

(Se necessário, utilize a tabela da página 21)

66- Uma dívida no valor de R\$ 60.020,54 deve ser paga em sete prestações postecipadas de R\$ 10.000,00, a uma determinada taxa de juros. Considerando esta mesma taxa de juros, calcule o saldo devedor imediatamente após o pagamento da segunda prestação. (Despreze os centavos)

- a) R\$ 18.860,00
- b) R\$ 44.518,00
- c) R\$ 50.000,00
- d) R\$ 52.421,00
- e) R\$ 60.020,00

67- Um indivíduo colocou o seu capital a juros compostos com capitalização mensal, a uma taxa de juros nominal de 24% ao ano. Ao fim de um ano e meio, qual foi o aumento percentual de seu capital inicial?

- a) 36%
- b) 38,08%
- c) 40%
- d) 42,82%
- e) 48%

68- Um título de valor de face de R\$ 100.000,00 vence no dia 31 de julho. Calcule o desconto comercial simples no dia 11 do mesmo mês, a uma taxa de desconto de 6% ao mês.

- a) R\$ 4.000,00
- b) R\$ 3.000,00
- c) R\$ 2.000,00
- d) R\$ 1.500,00
- e) R\$ 1.000,00

69- Determine o intervalo onde se encontra a taxa interna de retorno r do seguinte fluxo líquido de caixa esperado de um investimento, em milhares de reais:

Ano	0	1	2-9	10
Fluxo	-8.700	500	1.000	1.500

- a) $r \leq 1$
- b) $1 < r \leq 2$
- c) $2 < r \leq 3$
- d) $3 < r \leq 4$
- e) $r > 4$

70- Um cliente negociou com o seu banco depositar a quantia de R\$ 1.000,00, ao fim de cada mês, para obter R\$ 21.412,31, ao fim de 18 meses. A que taxa efetiva anual o banco remunerou o capital do seu cliente?

- a) 12%
- b) 12,68%

- c) 18%
- d) 24%
- e) 26,82%

71- Duas alternativas distintas de expansão de uma empresa levaram aos dois fluxos de caixa líquidos apresentados abaixo, em reais. Considerando a taxa de atratividade de 10% ao ano, o fluxo A possui um valor atual de R\$ 6.711,00, no ano zero. Obtenha o valor atual do fluxo de caixa B, no ano zero, à mesma taxa de 10% ao ano, dispensando os centavos.

Ano	0	1	2	3	4-14	15
Fluxo A	-10.000	-8.800	-5.000	1.800	5.300	6.800
Fluxo B	-20.000	-8.800	-2.800	4.000	7.500	9.000

- a) R\$ 1.978,00
- b) R\$ 6.711,00
- c) R\$ 11.444,00
- d) R\$ 20.800,00
- e) R\$ 43.100,00

Rascunho

ESTATÍSTICA

- 72- Uma firma distribuidora de eletrodomésticos está interessada em estudar o comportamento de suas contas a receber em dois meses consecutivos. Com este objetivo seleciona, para cada mês, uma amostra de 50 contas. As observações amostrais constam da tabela seguinte:

Valor (R\$)	Frequência de Março	Frequência de Abril
1.000,00	6	10
3.000,00	13	14
5.000,00	12	10
7.000,00	15	13
9.000,00	4	-
11.000,00	-	3

Assinale a opção que corresponde ao intervalo interquartilico, em reais, para o mês de março.

- a) 3.250,00
- b) 5.000,00
- c) 4.000,00
- d) 6.000,00
- e) 2.000,00

- 73- No contexto das distribuições de frequências da Questão 72, as médias amostrais são, respectivamente, R\$ 4.920,00 e R\$ 4.520,00, para os meses de março e abril. Questiona-se se o valor médio populacional das contas a receber de março difere significativamente do valor médio populacional correspondente de abril. Para verificar esta conjectura, realiza-se um teste de médias, assumindo-se as amostras independentes e provenientes de populações normais com variâncias homogêneas. O valor obtido para a estatística teste foi de 0,78 com valor probabilístico de 43,4%.

Assinale a opção correta.

- a) Não há evidência de que as médias sejam distintas no nível de significância de 5% e a estatística teste se distribui como t de Student com 97 graus de liberdade, sob a hipótese da igualdade das médias populacionais.
- b) As médias diferem significativamente no nível de 45% e a estatística teste se distribui como t de Student com 97 graus de liberdade, sob a hipótese da igualdade das médias populacionais.
- c) Não há evidência de que as médias sejam distintas para qualquer nível $\alpha < 43,4\%$ e a estatística teste se distribui como t de Student com 97 graus de liberdade, sob a hipótese da igualdade das médias populacionais.
- d) Não há evidência de que as médias difiram no nível de significância de 5% e a estatística teste se distribui como t de Student com 98 graus de liberdade, sob a hipótese da igualdade das médias populacionais.
- e) O valor probabilístico associado ao valor da estatística teste não define informação suficiente para que se possa dizer que uma média difere da outra significativamente e a estatística teste se distribui como t de Student com 97 graus de liberdade, sob a hipótese de igualdade das médias populacionais.

- 74- Uma loja de departamentos vende máquinas de lavar roupa e secadoras entre outros eletrodomésticos. A tabela abaixo dá a distribuição de probabilidades conjunta do número Y de máqui-

nas de lavar roupa (linhas) e do número X de secadoras (colunas) vendidas num dia típico.

Y/X	0	1	2	3
0	0,20	0,09	0,03	0,01
1	0,15	0,10	0,04	0,02
2	0,07	0,08	0,05	0,04
3	0,01	0,02	0,04	0,05

Assinale a opção que corresponde à probabilidade de que, num dia típico, tenham sido vendidas 2 secadoras dado que 3 lavadoras foram vendidas.

- a) 1/6
- b) 1/4
- c) 5/12
- d) 1
- e) 1/3

75- Um técnico de uma empresa está interessado em desenvolver um modelo de regressão linear simples com o objetivo de prever o volume de vendas Y, medido em R\$ 10.000,00, em função dos gastos com propaganda X, medidos em R\$ 10.000,00. Neste contexto ajusta o modelo estatístico

$$E(Y | X) = \beta_0 + \beta_1 X$$

aos dados da tabela abaixo. Os valores da tabela resultam de uma amostra de 10 meses escolhidos ao acaso.

Mês	X	Y
1	1,2	101
2	0,8	92
3	1,0	110
4	1,3	120
5	0,7	90
6	0,8	82

7	1,0	93
8	0,6	75
9	0,9	91
10	1,1	105

A equação ajustada é dada por

$$46,5 + 52,6 X$$

(4,7) (5,1)

onde os valores entre parênteses representam as estatísticas t dos testes das hipóteses de que os parâmetros correspondentes sejam nulos. A variância residual é estimada por 46,7 e a soma dos quadrados da variável Y corrigida pela média é 1.600,9. Assinale a opção que dá a estimativa do aumento esperado no volume de vendas decorrente do aumento de R\$ 10.000,00 nos gastos com propaganda, e a soma de quadrados residuais.

- a) R\$ 526.000,00 e 373,6
- b) R\$ 991.000,00 e 373,6
- c) R\$ 526.000,00 e 400,0
- d) R\$ 991.000,00 e 400,0
- e) R\$ 991.000,00 e 1.600,9

Rascunho

76- Considere o enunciado da Questão 75. Suponha que o quantil da distribuição de Student apropriado para o teste de $\beta_1=0$, com alternativas bicaudais, no nível de 5%, seja 2,3. Assinale a opção que dá o intervalo de confiança, com coeficiente de confiança de 95%, para o parâmetro β_1 . Use apenas uma casa decimal nos cálculos.

- a) [46,5; 52,6]
- b) [28,9; 76,3]
- c) [30,0; 80,0]
- d) [27,0; 78,0]
- e) [40,0; 60,0]

77- Uma pessoa está indecisa se compra uma casa agora ou se espera para comprar daqui a um ano. A pessoa acredita que o aumento do preço da casa em um ano tenha distribuição normal

com média de 8% e desvio-padrão de 10%. Se o preço aumentar mais de 25% a pessoa não terá dinheiro para adquirir o imóvel. Por outro lado, se o preço da casa cair, a pessoa sairá lucrando. Assinale a opção que dá as probabilidades de ocorrência de cada um desses eventos, respectivamente. Nos cálculos use a tabela dos valores das probabilidades $P(Z > z)$ para a distribuição normal padrão dada a seguir.

z	P(Z > z)	z	P(Z > z)
0,5	0,309	1,5	0,067
0,6	0,274	1,6	0,055
0,7	0,242	1,7	0,045
0,8	0,212	1,8	0,036
0,9	0,184	1,9	0,029

- a) 4,5% e 10,4%
- b) 6,7% e 24,2%
- c) 4,5% e 24,2%
- d) 2,9% e 18,4%
- e) 4,5% e 21,2%

78- Acredita-se que o preço de um bem (X), em reais, tenha distribuição populacional uniforme no intervalo aberto (1; 7). Assinale a opção que corresponde à probabilidade de se observar na população um valor de X de pelo menos 3 reais e de no máximo 5 reais.

- a) 2/7
- b) 1/3
- c) 5/6
- d) 1/2
- e) 3/4

79- Acredita-se que o logaritmo neperiano da variável renda (X), medida em milhares de reais, tenha distribuição populacional normal com média 2 e variância unitária. Assinale a opção que corresponde ao valor esperado de X. Em todas as opções a constante e representa a base do sistema de logaritmos neperiano.

- a) $e^{2,5}$
- b) $e^{2,0}$
- c) $\log_e 2,0$
- d) $1+\log_e 2,0$
- e) $e^{3,0}$

80- A tabela abaixo dá a evolução nos tempos t1 e t2 dos preços, em reais, e das quantidades, em unidades apropriadas, de três produtos A, B e C. Assinale a opção que corresponde ao índice de preços de Paasche com base em t1, com duas casas decimais.

Produtos	Preços		Quantidades	
	t1	t2	t1	t2
A	2,20	3,00	50	40
B	2,00	2,00	2	3
C	0,50	0,60	80	100

- a) 131%
- b) 202%
- c) 129%
- d) 186%
- e) 154%

